



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . . . .	Ano 240\$	Semestre . . . . . 130\$
A 1.ª série . . . . .	90\$	" . . . . . 48\$
A 2.ª série . . . . .	80\$	" . . . . . 43\$
A 3.ª série . . . . .	80\$	" . . . . . 43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;  
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## SUMÁRIO

### Ministério do Interior:

**Decreto n.º 22:344** — Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal do Asilo de Silva Martins, integrado na Misericórdia de Elvas.

### Ministério das Finanças:

**Decreto n.º 22:345** — Isenta de direitos de importação e emolumentos alfandegários os navios de guerra, mandados construir pelo Governo, compreendidos no programa de reorganização da armada nacional.

### Ministério da Marinha:

**Declaração** de ter sido, por despacho ministerial, autorizada a transferência de uma verba do actual orçamento do Ministério.

### Ministério das Colónias:

**Decreto n.º 22:346** — Equipara aos liceus nacionais da metrópole, para os efeitos pedagógicos e nomeadamente para os da equivalência das habilitações nêles conferidas, o Liceu Nacional da Huíla.

### Ministério da Instrução Pública:

**Decreto n.º 22:347** — Regula as publicações escolares liceais.

1 barbeiro . . . . .	300\$00
1 lavadeira . . . . .	600\$00
1 guarda-nocturno . . . . .	30\$00

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Fevereiro de 1933. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

1.ª Secção

**Decreto n.º 22:345**

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São isentos de direitos de importação e emolumentos alfandegários os navios de guerra, mandados construir pelo Governo Português, compreendidos no programa de reorganização da armada nacional.

Art. 2.º O Ministério da Marinha notificará ao das Finanças os nomes e características das unidades a que se refere o artigo 1.º à medida que as mesmas estiverem construídas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Março de 1933. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Daniel Rodrigues de Sousa* — *Antibal de Mesquita Guimarães* — *César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência.

2.ª Repartição

**Decreto n.º 22:344**

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1938: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior e de harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896, aprovar o quadro do pessoal do Asilo de Silva Martins, integrado na Misericórdia de Elvas, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 amanuense . . . . .	3.600\$00
1 gerente . . . . .	1.200\$00
1 cobrador . . . . .	1.800\$00
1 cozinheira . . . . .	720\$00
1 servo . . . . .	900\$00

## MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para os devidos efeitos se declara que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 15 do

corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência de 50.000\$ da epígrafe h) para a rubrica b) do capítulo 6.º, artigo 132.º, do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 20 de Março de 1933.—O Director de Serviços, *R. Quintanilha*.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

1.ª Secção

### Decreto n.º 22:346

Atendendo ao que representou o governador geral de Angola sobre a conveniência de ser equiparado aos liceus nacionais metropolitanos o Liceu Nacional da Huíla;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros das Colónias e da Instrução Pública:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É equiparado aos liceus nacionais da metrópole, para os efeitos pedagógicos e nomeadamente para os da equivalência das habilitações nêles conferidas, o Liceu Nacional da Huíla, criado pelo diploma legislativo do governo geral de Angola n.º 40, de 6 de Abril de 1929.

Art. 2.º O Liceu Nacional da Huíla terá a organização e regime de ensino vigente nos liceus similares do continente, pôsto em vigor em Angola pelos diplomas legislativos n.ºs 221 e 222, de 23 de Abril de 1931, devendo ser-lhe aplicada a legislação que na metrópole fôr decretada sobre o ensino secundário, conforme o disposto no artigo 4.º do decreto n.º 13:279, de 12 de Março de 1927.

Art. 3.º O recrutamento dos professores efectivos será feito nos termos estabelecidos no decreto n.º 18:336, de 15 de Maio de 1930.

§ 1.º Os professores da extinta Escola Primária Superior Artur de Paiva poderão continuar a prestar serviço no Liceu Nacional da Huíla como professores provisórios.

§ 2.º Aos concursos por provas públicas que venham a fazer-se nos termos do artigo 11.º do citado decreto poderão ser admitidos todos os indivíduos com qualquer curso superior, os que tenham já exercido o cargo de professor provisório num dos liceus da metrópole ou das colónias e os que estejam legalmente habilitados para o exercício do ensino secundário particular.

§ 3.º Os candidatos aprovados nos concursos a que se refere o parágrafo anterior e os indivíduos idóneos que possam ser escolhidos nos termos da última parte do citado artigo para o provimento dos lugares de professores efectivos dos liceus coloniais, só poderão ser nomeados após o exercício de seis meses de estágio no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes), com mais de 10 valores atribuídos pelo conselho escolar do mesmo Liceu.

§ 4.º Os júris para os concursos a que se refere a citada disposição do decreto n.º 18:336 são compostos de professores do ensino superior e do ensino secundário, à escolha do Ministro da Instrução Pública, e o programa para as provas é o da licenciatura no respectivo grupo,

sendo eliminatórias as provas escritas. O número de provas escritas, práticas e orais será o determinado pelo Ministro da Instrução Pública, ouvida a secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública.

§ 5.º São abertos concursos logo que se entenda oportuno, nos termos do artigo 3.º do decreto n.º 18:336, para o provimento de uma vaga em cada um dos grupos do ensino liceal, com excepção do 4.º

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

*Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.*

Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Março de 1933.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar—Albino Soares Pinto dos Reis Júnior—Manuel Rodrigues Júnior—Daniel Rodrigues de Sousa—Anibal de Mesquita Guimarães—César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches—Duarte Pacheco—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Sebastião Garcia Ramires.*

## MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção dos Serviços do Ensino Secundário

1.ª Secção

### Decreto n.º 22:347

Não podem as autoridades escolares tomar atitude de desinteresse perante as publicações que circulam nos liceus.

Convém que os alunos tenham suas pequenas publicações: servem-lhes de entretenimento são e constituem meios de educação activa, reveladores de vocações de vária ordem.

É preciso porém, para que assim suceda, que tais publicações não lhes tomem o tempo de que elles carecem para o regular estudo das suas lições, não os desviem do terreno e do sentido em que a sua formação deve fazer-se e não concorram para os afastar dos mestres e uns dos outros.

Olhadas, conforme devem ser, como instrumentos educativos, carecem as publicações escolares de ser rodeadas de cautelas a fim de que não sejam desvirtuadas na sua acção.

Antes de tudo é necessário não esquecer que os alunos dos liceus são menores e sujeitos consequentemente à tutela da família e da escola. Não pode prescindir-se da censura das suas publicações, feita prudentemente pelos reitores.

Convém ainda definir o carácter destas pequenas publicações e proibir todos os desvios em que elas frequentemente se perdem, com perturbação grave da vida escolar.

Como trabalhos circum-escolares, que devem ser, estão abrangidos pela disposição da alínea t) do artigo 147.º do Estatuto do Ensino Secundário; é dentro do espírito desta disposição legal que o presente decreto as regulamenta.

Assim:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de